

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## As apostas para o pós-eleição

Embora o PT esteja convicto de que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, vá derrubar as emendas de relator, a avaliação de ministros é a de que nada será feito sem uma negociação com o Congresso. A aposta de quem conhece a fundo o andar da carruagem do Supremo é de que a nova presidente exigirá transparência total na aplicação desses recursos.

## Os comerciais é que valem

Lula está convencido de que será tão atacado no debate do SBT, no fim de semana, que preferiu ficar de fora dessa roda. A aposta da campanha é a de que os ataques a ele vão desaguar em direito de resposta.

## Sintomático

Nas campanhas adversárias à de Lula, o fato de o petista trocar o debate por comícios em Minas Gerais foi recebido como um sinal de que a vantagem por lá começou a cair.

## Precavido

O encontro de Lula com o encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Douglas Koneff, é visto pelos aliados do petista como mais uma forma de buscar apoio para evitar reclamações por parte de Jair Bolsonaro (PL), caso o presidente não se reeleja no primeiro ou no segundo turno.

# Eduardo Cunha fez escola



Quando foi candidato a presidente da Câmara, em 2015, o então deputado Eduardo Cunha ajudou a buscar recursos para seus potenciais eleitores junto à elite brasileira. Agora, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem feito algo parecido. Alguns empresários receberam uma lista de nomes com pedidos de doação de recursos na pessoa física. O movimento não tem nada de ilegal, mas mostra que Lira está ajudando seus aliados. É a pré-campanha para mais dois anos no comando da Câmara.

## Qualquer semelhança...

O mesmo PT que agora reclama do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas foi, em 2014, acusado de "usar o discurso na ONU para fazer campanha". Naquela época, a então presidente Dilma Rousseff era candidata à reeleição e citou as eleições na tribuna. Em entrevistas, quem reclamou foi o então candidato ao Palácio do Planalto, Aécio Neves (PSDB), com quem Dilma concorreu no segundo turno.

## ...não é mera coincidência

Bolsonaro fez seu discurso mais moderado ao longo de seus quatro anos de governo e sem deixar de citar todos os pontos que aborda na campanha para o público interno. Guardadas as devidas proporções, foi o que Dilma fez em 2014.

## CURTIDAS



**Vice hoje, candidato amanhã/** A turma de Geraldo Alckmin (foto) olha é para 2026 e, embora ainda tenha uma semana e meia de campanha, muitos já falam em "quando terminar o governo Lula".

**Reguffe vai de Tebet/** O senador Reguffe (sem partido) tem dito que votará em Simone Tebet (MDB) para presidente da República. "O Brasil precisa ser pacificado. Considero que ela é quem tem condições de promover essa pacificação, ter responsabilidade na condução da economia e, também, preocupação com o social", afirmou à coluna.

**Por falar em Reguffe.../** Ele vai tirar uma temporada "sabática" da política quando terminar seu mandato de senador, em janeiro de 2023. Mas, aos amigos, sempre faz questão de lembrar que, em 2026, tem nova eleição.

**Veja bem/** Se conseguir um mandato de deputada distrital, Ana Cristina Vale, ex-mulher de Bolsonaro, já vai chegar precisando se explicar. Os partidos de oposição acompanham com uma lupa as investigações sobre a mansão e as movimentações financeiras da mãe de Jair Renan. Já a campanha de Bolsonaro tem dito que Ana Cristina não é problema do presidente.

## PODER

# Solução do piso antes do dia 2

Garantia foi dada pelo relator do Orçamento de 2023. Medidas são estudadas para contornar impasse depois da decisão do STF

» RAPHAEL FELICE

Pedro França/Agência Senado



Castro defende que, para garantir o pagamento do piso da enfermagem, poderia se furar o teto de gastos

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse, ontem, que a Casa deve votar uma solução para o piso da enfermagem antes do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro. A afirmação veio depois de se reunir com o presidente da República em exercício, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto, para tratar da votação de projetos que possam resolver a questão, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) votou contrariamente à categoria.

Segundo Castro, alguns projetos em tramitação poderiam solucionar o impasse do piso. Um dos mais adiantados é o Projeto de Lei Complementar (PLP 44/2022), do senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), que permite a estados e municípios transferirem recursos destinados ao combate à covid-19 para compor o salário mínimo da enfermagem.

Outra medida que está sendo estudada trata da utilização de emendas parlamentares destinadas à saúde para o pagamento de pessoal. Há um percentual dos recursos disponíveis para empenho, por deputados e senadores, para a saúde pública, mas os gestores públicos não podem destinar essa parcela para pagamento de pessoal. Segundo Castro, os senadores farão um estudo para avaliar a retirada da restrição.

"Se passo recurso para o município, ele deve ter autonomia para usar onde achar que seria mais útil. E pagar profissionais de saúde, se assim entender", defendeu.

Apesar da previsão de votar as propostas no Senado, ainda não há um acordo firmado na

**R\$ 10,4 BILHÕES**

foram reservados para a saúde dentro das emendas de relator, de um total de R\$ 19,4 bi

Câmara, mas há um entendimento nos bastidores do Congresso de que a repercussão da proposta deve acelerar a tramitação também com os deputados federais.

Sobre o uso das emendas de relator (Orçamento Secreto) para custear o piso — ideia que surgiu na reunião da última

segunda-feira —, Castro explicou que parte das verbas estão destinadas para a saúde. Ao todo, foram reservados R\$ 10,4 bilhões de um total de R\$ 19,4 bilhões para as RP9. Caso se volte para o pagamento do piso, o investimento na área ficaria abaixo da determinação constitucional.

## Teto de gastos

O senador voltou a defender que o salário mínimo da enfermagem deve ficar fora do teto de gastos, assim como já é feito com o Auxílio Brasil. Ele salientou que o problema não está na indicação de fontes de recursos, mas sim no espaço no teto de gastos.

Castro lembrou que como tanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) quanto o petista Luiz Inácio

Lula da Silva — que lideram as pesquisas de intenção de votos na corrida ao Palácio do Planalto — já afirmaram que pretendem manter os R\$ 600 do Auxílio Brasil, representa que o adicional de R\$ 200 deve ficar fora do teto. O relator do Orçamento lembrou que não há espaço suficiente para bancar aproximadamente R\$ 52 bilhões.

"Várias coisas que estão sendo represadas a gente estudaria para saber se vamos furar o teto de gastos. Então, já que vamos furar, vamos furar para isso, para aquilo e para aquilo outro. É claro que o motivo principal seria o Auxílio Brasil, porque é um valor muito elevado", explicou, defendendo que outras despesas, como o piso da enfermagem, também fique de fora.

## PGR pede outro arquivamento

A vice-procuradora-geral da República Lindóira Araújo requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o arquivamento de mais um inquérito que atinge Jair Bolsonaro (PL), o que apura a tentativa de interferência política do presidente na Polícia Federal (PF). O inquérito foi aberto na esteira da saída do ex-juiz Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em maio 2020, e abastecido com a divulgação da reunião ministerial de 22 de abril.

"Considerando as circunstâncias que permeiam o caso, a partir da análise criteriosa do arsenal probatório carregado aos autos, não há como atribuir ao presidente da República Jair Messias Bolsonaro e ao ex-ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Sérgio Fernando Moro o cometimento de atos com repercussão criminal, uma vez que as condutas examinadas não se revestem de adequação típica, bem como os fatos foram exaustivamente apreciados e deles não se extrai lastro probatório mínimo quanto a possíveis materialidades e autorias delitivas", registra o parecer enviado ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes.

A manifestação da PGR se alinha com a conclusão da PF, remetida ao

Supremo em março de 2022. Na ocasião, os investigadores informaram a Alexandre "dentro dos limites da investigação", não há elementos mínimos para indiciar o Bolsonaro na esfera penal.

"No decorrer dos quase dois anos de investigação, 18 pessoas foram ouvidas, perícias foram realizadas, análises de dados e afastamentos de sigilos telemáticos implementados. Nenhuma prova consistente para a subsunção penal foi encontrada", escreveu o delegado Leopoldo Soares Lacerda no relatório final do inquérito.

No documento enviado ao Supremo na noite da última segunda-feira, o Ministério Público Federal fundamentou o pedido de arquivamento nas alegações de "atipicidade das condutas dos investidores e ausência de justa causa para a deflagração da persecução penal em juízo".

Com relação a Bolsonaro, Lindóira sustentou que a investigação não identificou "nenhum elemento mínimo de que o mandatório tenha impedido ou embaraçado qualquer investigação que envolva organização criminosas". Já quanto a Moro, a vice-PGR argumentou que a conduta do ex-juiz não se enquadraria no crime de denunciação caluniosa.

**Não há como atribuir ao presidente Jair Bolsonaro e ao ex-ministro Sérgio Moro o cometimento de atos com repercussão criminal"**

**Trecho do pedido de arquivamento encaminhado pela PGR ao STF**